

Cruesp enrola e o arrocho continua...

No dia 20/10 realizou-se nova rodada de negociação entre Fórum das Seis e o Cruesp. Como na reunião anterior, o Fórum indagou ao Cruesp se este havia emitido ofício ao Presidente da Assembléia Legislativa (Alesp) e aos líderes de partido apoiando o relatório da LDO aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) em 29/8, que prevê 31% do total dos impostos para a Educação em geral, incluindo 10,43% do ICMS para as universidades públicas e a vinculação de 1% do ICMS para o Centro Paula Souza (Ceeteps). Para nossa surpresa a resposta foi que haviam discutido a conjuntura e decidido que este não parecia ainda ser o momento, dado que as eleições para presidente ainda não haviam sido concluídas (?!). O Fórum insistiu sobre a importância da manifestação de apoio do Cruesp ao relatório da CFO. Pouco adianta depois “reclamar” para professores, funcionários e estudantes sobre o “constrangimento” orçamentário das estaduais paulistas....

Passou-se então a debater a questão do reajuste de setembro/06. Na reunião anterior, o Fórum das Seis havia apresentado proposta de que o reajuste de setembro ocorresse na exata proporção entre o efetivamente arrecadado e a estimativa da Secretaria da Fazenda, que no final de setembro/06 era de 98,8%. Ou seja, uma vez que, descontados os 0,75% de maio/06, o índice do DIEESE era de 3,25% entre maio/05 e abril/06 (ou seja, correspondente a um período que venceu há seis meses atrás!), reivindicávamos 98,8% de 2,5 %, ou seja 2,47% de reajuste.

É bom registrar que os 1,79% correntes na praça têm como base o índice Fipe que, como já argumentamos várias vezes, não é o mais adequado para estimar perdas salariais de professores e funcionários (na realidade, dos trabalhadores em geral).

A resposta do Cruesp à proposta do Fórum das Seis foi de continuar acompanhando a evolução do ICMS e caso haja indicação mais clara que os R\$ 40,2 bilhões de arrecadação do ICMS (quota-parte do Estado, descontada a Habitação) se realizem, estariam dispostos a discutir reajustes salariais, *mas a partir do mês em que esta indicação estiver clara, e não mais a partir de setembro/06.*

Esta interpretação do Comunicado 2 do Cruesp (maio/06) foi imediatamente contestada pelo Fórum das Seis. Inicialmente, é importante registrar que o Fórum estava levando à mesa de negociação uma proposta racional e razoável, face à evolução do ICMS, fruto de uma política do governo Alckmin que inclui redução de impostos e absoluta condescendência (conivência ?) com a sonegação, a corrupção e a evasão fiscal consentida. Em segundo lugar, este mesmo comunicado do Cruesp propunha o mês de agosto/06 *como indicador* de que a arrecadação atingiria R\$ 40,2 bilhões: esta é a única interpretação possível, já que é contra-factual admitir que esta informação determinasse o restante da evolução anual do ICMS; poderia muito bem acontecer que houvesse queda nos meses subsequentes. Em terceiro lugar, o patamar de R\$ 40,2 bilhões foi calculado em função de um comprometimento com a folha de pagamentos que o próprio Cruesp, muito particularmente a reitoria da Unicamp, considerava aceitável. Conseqüentemente, uma vez que este patamar seja atingido, não há qualquer desculpa para que os reajustes não sejam concedidos a partir de setembro/06.

O próprio Cruesp já admite que este patamar deverá ser atingido, muito embora atribua o fato à anistia fiscal aprovada em setembro na Alesp e que deverá repercutir na arrecadação do ICMS. A posição do Fórum das Seis acerca disto é clara: seja por que método for, o arrecadado integra o disponível ao Estado e às universidades. Já o Cruesp entende que a anistia produz uma “bolha local”, o que seria circunstancial. Importante registrar que a Secretaria da Fazenda já comunicou ao Cruesp que não é possível separar da arrecadação o que está sendo pago regularmente do resultado da anistia fiscal. Ou seja, a proposta de não considerar o que eventualmente resulta da anistia fiscal é, de todo modo, inexequível.

Que fique absolutamente claro: a anistia fiscal é um grande negócio para quem sonega ou atrasa o repasse de impostos como o ICMS, que, na realidade, são pagos pelo comprador. É, de fato, um grande negócio, pois além de poder lucrar financeiramente movimentando dinheiro de outro, repassará a contribuição muito depois, com desconto significativo nos juros de mora e na correção monetária. Portanto, um “prêmio” para quem viola o interesse da maioria da população paulista, para quem apropriou-se, indébita e impunemente, da contribuição dos cidadãos para a manutenção dos serviços públicos essenciais, correspondentes a direitos sociais fundamentais como Educação, Saúde, Previdência, Justiça, entre outros.

O Cruesp permaneceu irredutível, muito embora sua posição perante professores e funcionários técnico-administrativos torne-se cada vez mais insustentável.

Já foi agendada nova reunião técnica para o dia 9/11, às 14h30, na reitoria da USP e o Fórum das Seis irá reivindicar nova rodada de negociação com o Cruesp em novembro, insistindo sempre que o reajuste deve ocorrer, no mínimo, a partir do mês de setembro/06.

LDO continua em compasso de espera

Informações da Assembléia Legislativa (Alesp) indicam que tanto a LDO-2007, quanto a Lei Orçamentária (LO-2007) continuam em compasso de espera, aparentemente aguardando o final das eleições para presidente da república.

É importante envidarmos todos os esforços para que a LDO-2007 seja discutida e votada antes da LO-2007. Afinal, o planejamento deve preceder a propostas de execução, não faz qualquer sentido inverter esta ordem constitucional. No entanto, há forças políticas importantes que prefeririam, particularmente tendo em vista o relatório da LDO-2007 aprovado na CFO da Alesp, fazer de conta que as regras constitucionais não estão em vigor. Se a moda pega, a luta em defesa dos direitos sociais fundamentais será ainda mais difícil do que tem sido. Não podemos permitir que isto aconteça!

A reunião com a reitoria da Unesp sobre o Centro Paula Souza

No dia 24/10, às 8h30, houve reunião entre o reitor da Unesp e representantes do Fórum das Seis. Presentes, a coordenação do Fórum, a Adunesp, o Sintunesp e o Sinteps. Na pauta, a questão da vinculação do Centro Paula Souza à Unesp. A representação do Fórum manifestou ao reitor da Unesp a importância de estreitar o vínculo entre o Centro Paula Souza, tendo como base resolução do Conselho Universitário da Unesp em 95 e aprovada pelo pleno da Comissão Estadual de Educação (CEE). Frisou-se ao reitor da Unesp a importância para a defesa da qualidade do ensino público estadual e que, uma vez o vínculo acadêmico estabelecido, a associação entre Unesp e Centro Paula Souza tornar-se-ia o mais importante sistema de educação pública superior no estado de São Paulo.

O reitor da Unesp registrou que a Unesp teria, hoje, muitas dificuldades em exercer, de fato, supervisão acadêmica no Centro Paula Souza e que uma resolução do Conselho Universitário da Unesp decidiu que a Unesp passasse a ter um papel apenas homologatório do que viesse da superintendência do Centro Paula Souza. Face à um ofício do presidente da CEE, perguntando a posição da Unesp sobre a vinculação, que é originária de lei estadual, o reitor declarou que vai discutir e encaminhar esta questão com calma. Em particular, não será debatido na reunião do Conselho Universitário da Unesp do dia 26/10/06.

Deveremos estar atentos ao desenrolar desta questão, que é estratégica para a defesa do ensino público de qualidade no Estado de São Paulo. Parece haver um grande interesse do executivo em desvincular o Centro Paula Souza da Unesp, que não possuindo status de universidade, não tem também prerrogativas de autonomia de gestão acadêmica e orçamentária. Desvinculada de uma universidade, seria presa fácil para a expansão a baixo custo que iniciou-se no governo anterior e consta do programa do governador eleito de São Paulo.